

A "GUERRA CULTURAL" E A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO BRASIL: COMPARANDO OS GRUPOS PARTIDÁRIOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2019¹

Thamires Costa Rodrigues Lima²

<https://orcid.org/0000-0002-5221-7995>

Gabriella Maria Lima Bezerra³

<https://orcid.org/0000-0003-1420-5667>

Resumo: Este artigo tem como objetivo a análise da produção legislativa da bancada feminina na Câmara dos Deputados, especificamente durante o ano de 2019. Partindo da teoria feminista e de suas críticas à teoria democrática, assim como da literatura sobre a crise da democracia liberal, consideraremos a reprodução da divisão sexual do trabalho no âmbito institucional, seus efeitos sobre a produção legislativa e o seu envolvimento com a polarização presente nas eleições de 2018. Foram analisados todos os projetos de lei de autoria e coautoria feminina produzidos em 2019 tendo como fonte o arquivo da Câmara dos Deputados. A partir desses dados há a utilização de dois filtros que compõem a análise de estatística descritiva, o primeiro relacionado à temática do seu assunto e em segundo momento uma análise do escopo daqueles que lidam ou manifestam relação com os direitos das mulheres de forma direta. Os resultados sugerem que a bancada feminina segue a tendência apontada pela literatura, ao optar por temas específicos, concentrando na categoria temática Direitos Humanos e Minorias a sua maior produção.

Palavras-chaves: gênero; 56ª legislatura; guerra cultural; partidos políticos

Recebido em: 21/04/2022

Aceito em: 16/11/2022

¹ Este artigo é resultado de um Projeto de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural de Pernambuco e orientado pela professora Gabriella Maria Lima Bezerra.

² Pós-graduanda em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), graduanda em Relações Internacionais e bacharelada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: thamiresclima@gmail.com

³ Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (DECISO/UFRPE). Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia da Universidade Federal do Ceará (LEPEM/UFC). Email: gabriellamlb@gmail.com

THE "CULTURAL WAR" AND THE WOMEN'S REPRESENTATION IN BRAZIL: COMPARING PARTY GROUPS IN THE CHAMBER OF DEPUTIES IN 2019

Abstract: The present work aims to analyze the legislative production of the female bench in the Chamber of Deputies, specifically during the year 2019. Starting from the feminist theory and its criticisms of democratic theory, as well as the literature on the crisis of liberal democracy, we will consider the reproduction of the sexual division of labor at the institutional level, its effects on legislative production and its involvement with the polarization present in the 2018 elections. All bills authored and co-authored by women produced in 2019 were analyzed using the Chamber of Deputies archives as a source. From these data, two filters are used that make up the analysis of descriptive statistics, the first related to the theme of its subject and, secondly, an analysis of the scope of those who deal or express a relationship with women's rights directly. The results suggest that the women's bench follows the trend pointed out by the literature, by following specific themes, and having Human Rights and Minorities as its greatest production.

Keywords: gender; 56th legislature; culture war; political parties

LA "GUERRA CULTURAL" Y LA REPRESENTACIÓN FEMENINA EN BRASIL: COMPARACIÓN DE GRUPOS PARTIDÁRIOS EN LA CÁMARA DE DIPUTADOS EN 2019

Resumen: El trabajo tiene como objetivo analizar la producción legislativa de la banca femenina en la Cámara de Diputados, específicamente durante el año 2019. A partir de la teoría feminista y sus críticas a la teoría democrática, así como la literatura sobre la crisis de la democracia liberal, consideraremos la reproducción de la división sexual del trabajo en el institucional y sus efectos en la producción legislativa y su implicación con la polarización presente en las elecciones de 2018. Todos los proyectos de ley de autoría y coautoría de mujeres producidos en 2019 fueron analizados utilizando como fuente los archivos de la Cámara de Diputados. A partir de estos datos se utilizan dos filtros que componen el análisis estadístico descriptivo, el primero relacionado con la temática de su objeto y, en segundo lugar, un análisis del alcance de quienes tratan o manifiestan una relación con los derechos de las mujeres de forma directa. Los resultados sugieren que la banca femenina sigue la tendencia señalada por la literatura, siguiendo temas específicos, y con Derechos Humanos y Minorías como su mayor producción.

Palabras clave: género; 56^o legislatura; guerra cultural; partidos políticos.

1. Introdução

A questão de gênero torna-se presente na política e reverbera em debates públicos. Esse processo ocorre entre as décadas de 1950 a 1990, com o desenvolvimento ativo do movimento feminista ao redor do mundo, assim como publicações céleres das teorias feministas como as obras de Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Carole Pateman, Bell Hooks e outras. Esses movimentos são imbricados e promovem um questionamento sobre gênero como uma construção social, os papéis de gêneros e suas consequências.

Posto isso, este artigo tem como objetivo analisar como esse tema específico se dá dentro do poder legislativo brasileiro, especificamente na Câmara dos Deputados, durante o primeiro ano da 56ª legislatura, ano subsequente a uma eleição tida como polarizada. Buscamos responder se os temas presentes na corrida eleitoral foram introduzidos no debate parlamentar ou se foram unicamente usados como instrumentos para engajar o eleitorado.

Para tanto, analisamos a produção parlamentar da bancada feminina da Câmara dos Deputados na 56ª legislatura, mais precisamente no ano de 2019. Esta bancada foi formada a partir deste contexto de crescente divergência política. A bancada feminina foi escolhida como representante de uma fração da disputa. Além disto, a bancada feminina por ser determinada pelo sexo biológico abarca todas as mulheres, consistindo em uma bancada suprapartidária, portanto, com assuntos e interesses diversos e que possivelmente refletiria um conflito presente entre partidos.

Para dar conta dos objetivos, realizamos um mapeamento da bancada feminina. Será analisado a composição partidária, tendo em vista a importância dos partidos dentro da organização e trabalhos da Câmara dos Deputados, para além disso, o exame dos partidos também se mostra significativo devido a relação da ideologia e a determinação de temas relevantes. Enquanto a questão dos mandatos demonstra um *know how* do funcionamento da Câmara, assim como uma acumulação de capital político, e também a participação em comissões, que mostra, para além de um interesse na temática, um engajamento significativo com as questões relacionadas. A produção legislativa, ou seja, os projetos legislativos de autoria e co-autoria de mulheres foram analisados pelo seu assunto abordado. se de uma análise temática da produção legislativa das mulheres.

A principal hipótese é que há uma maior disputa entre os temas abordados dentro da bancada feminina, tendo em vista principalmente temas tidos como controversos, principalmente sobre moralidade. Entretanto, de acordo com a análise realizada, tal hipótese é refutada, mostrando uma ausência de disputas consideráveis. Procuramos refletir as possíveis explicações para tal ausência.

Este artigo traz em sua primeira seção uma revisão do debate teórico sobre a crise da democracia liberal e suas imbricações com as questões de gênero. Veremos como esse debate

em particular está inserido sobre a lógica de uma 'Guerra Cultural', que pode ser definida a partir de uma temática sensível e presente numa pauta política que está passível a conflitos, questionamentos, incluindo um atravessamento com temas morais. Na segunda seção, há uma reflexão sobre a metodologia utilizada, apresentando os procedimentos e os dados mobilizados. Na terceira seção há a exploração dos dados, principalmente uma visualização sobre a composição da bancada feminina, assim como a investigação sobre a produção temática, e em seguida uma investigação sobre quais dos projetos são envolvidos diretamente com a questão de gênero ou sobre mulheres. Por último há uma reflexão sobre possíveis entendimentos e caminhos para o futuro.

2. Gênero e democracia

Nos últimos anos tem sido produzida uma extensa bibliografia que aponta para uma crise da democracia liberal. Autores como Castell (2017), Mounk (2019), Brown (2019) se debruçam sobre esse tema e buscam explicar como se deu a emergência e o sucesso eleitoral dos chamados líderes iliberais em várias partes do globo. Os líderes iliberais são aqueles eleitos por vias democráticas, mas que constantemente distendem a própria noção liberal da democracia, ameaçando direitos fundamentais.

Inserida nessa perspectiva, encontramos a noção de Guerra Cultural, que, de acordo com Santos (2021, p. 180), pode ser entendida como um "[...] embate entre duas visões de mundo antagônicas, uma conservadora (também chamada de ortodoxa ou tradicionalista), associada à direita política, e outra progressista, relacionada, predominantemente, às esquerdas, mas não só", que coloca como centro a questão moral e social, fazendo com o que o gênero se torne um conceito disputado entre estes dois espectros políticos citados.

A pauta de gênero se torna uma das mais disputadas, há um processo para atribuir um sentido para as políticas públicas e das políticas entendidas como políticas de reconhecimento em torno da questão de gênero. Segundo Brown (2019) e Casullo (2019), podemos observar um discurso de crítica às mudanças progressistas recentes e busca de um retorno às identidades e papéis sociais tradicionais. No caso brasileiro, constata-se este fenômeno: a ascensão de uma direita extrema e conservadora nas pautas morais, com claro posicionamento contra as mudanças efetivadas na última década. Neste cenário, é possível identificar uma crescente disputa de sentidos em torno dos direitos humanos, da secularização da política e de seu aspecto liberal.

A eleição presidencial de 2018 se mostrou como um fenômeno importante a ser analisado no viés da guerra cultural, isso porque a tônica da disputa foi a polarização entre um discurso conservador e o campo progressista. É necessário, então, esclarecer se a disputa ficou circunscrita à estratégia eleitoral, ou se essa disputa sobre valores e significados se converteu em ações efetivas no âmbito institucional.

Singer (2021) nomeia o processo das eleições de 2018 como um encadeamento de reativação da direita, derivado de um desenvolvimento histórico de deslocamentos posicionais dos partidos e uma desativação da direita, principalmente, durante o governo Lula. Para Singer (idem) o eleitorado brasileiro sempre possuiu tendências conservadoras, e até mesmo de direitas, mas que vácuos partidários, ou seja, a ausência de partidos viáveis naquele espectro ocasionou tal desativação.

Enquanto Cepeda (2018) destaca o princípio da recusa, e que essa "nova direita" é na verdade plural e diversa. E destaca o entendimento de uma disputa intelectual entre a esquerda e a direita – destacando os ambientes universitários, nos remetendo a ideia de guerra cultural e contestação entre os grupos ideológicos. Cepeda (2018, p. 62) destaca que "implica em rupturas sucessivas perigosas, nascidas da recusa do pressuposto da desigualdade (e, portanto, toda a ordem do passado) e que podem ocorrer pelas propostas utópicas e revolucionárias [...]".

Um destes processos revolucionários pode ser entendido como o avanço do movimento feminista e da teoria feminista. Tal processo levou o crescimento e a abertura para a discussão de temas morais muito sensíveis e a liberdade de diversos grupos parece acompanhar o avanço da publicização da sua repulsa, da reivindicação do conservadorismo, das tradições familiares, dos costumes, uma rejeição profunda aos direitos humanos ou o que eles significam neste momento. A teoria feminista e o entendimento de gênero como uma categoria de análise, transforma os limites e as separações do que é tido do âmbito público e privado, dando um novo arcabouço e entendimento sobre a temática de identidade através das teorias feministas. Mouffe (2000) e Brown (2019) mostram a relevância de entender os aspectos democráticos a partir de um entrelace que supere as distinções do público e privado.

Brown (2019), salienta esse processo de identidades com o avanço de pautas progressistas e a perda de um local social, segundo ela "[...] o novo populismo de extrema direita sangrou diretamente da ferida do privilégio destronado que a branquitude, a cristandade e a masculinidade garantiam àqueles que não eram nada nem ninguém" (p.13). Portanto, há um processo de descontentamento e de não lugar, e até mesmo ressentimentos por aqueles que vêem seus privilégios serem extinguidos.

Deixando claro a característica de reação do grupo privilegiado perante as mudanças sociais, Pinheiro-Machado e Salco (2020) nomeiam de "a gendered crisis of self-worth" (p. 22), onde o gênero se coloca como ponto primordial para o entendimento das motivações políticas na contemporaneidade. As autoras destacam que as mudanças ocorridas nas últimas décadas, e para a compreensão desta nova ascensão da direita conservadora é necessário o entendimento da importância dos papéis sociais de gêneros e suas mudanças.

Mounk (2019), Finchestein (2017) e Roth (2020) ressaltam o discurso populista se constitui pelo entendimento da categoria 'povo' como uma maioria incontestável, baseada em valores e vontades políticas, sem necessariamente estar posto o respeito aos grupos minoritários – já que pela lógica eles não fazem parte do 'povo'. Casullo (2019) aponta esse processo como um retorno às origens, e Brown (2019) também destaca essa concepção de "uma imagem de um passado mítico" (p.13). Esses processos, para além do que é considerado como conservadores, mas

reacionários, pautados em um passado de privilégios e de onde grupos sociais não possuíam reconhecimento ou direitos; no caso do gênero específico, é necessária uma retomada a papéis sociais e opressões, há então um retorno à mulher para um papel unicamente pertencente ao mundo privado.

No Brasil esse tipo de discurso foi amplamente usado na eleição de 2018 por candidatos e candidatas situados à direita do espectro, mostrando-se importante entendermos como esse processo reverbera no poder Legislativo, esse processo é apenas um discurso ou há um esforço significativo dentro das instituições que atingem os direitos da minoria e principalmente os direitos das mulheres?

É importante destacar que há uma grande literatura sobre as estratégias dos partidos e parlamentares no poder legislativo. De certa forma, há um consenso que apesar de uma elite partidária, ou seja, uma centralização de decisão e poder nas mãos dos líderes partidários, outros parlamentares possuem táticas e assuntos de interesses diversos, que são complementares ao processo decisório. É possível que parlamentares possuam reputações individuais, principalmente com o envolvimento em uma determinada temática (SANTOS, 2006; PEREIRA E RENNÓ, 2001; 2007; BOURDOUKAN, 2006; LEMOS; RICCI, 2011). E este fato é especialmente importante ao tratarmos da disputa em torno da temática dos direitos humanos (BEZERRA; MAXIMIANO, 2017). Para as interpretações teóricas os temas (issues) importam, tendo uma temática definida então, coloca os políticos em campos próprios e facilita a sua exibição, tanto internamente nas legislaturas, como externamente para os eleitores.

Já Gilmour (1997) nos traz a ideia de 'Slatemate', ou seja, de impasses possíveis dentro do campo político, porém, não apenas uma discordância de ideias, mas um esforço consciente para evitar acordos que afetam sua base de apoio, e podem refletir diretamente nas eleições. Esse entendimento pode nos ajudar a entender a polarização significativa no Brasil, ou seja, políticos buscando apoio da sua base e de seus eleitores, destacam a diferenças em suas pautas e suas divergências, de certa forma, abrindo mão de consensos, o que argumentamos que ocorra com o tema relacionado ao gênero.

Segundo a literatura, as mulheres então como um grupo teriam interesses muito específicos, e por ter uma pequena representação na Câmara, se configurariam como *token* (TAYLOR-ROBINSON; HEATH, 2003), um percentual que não afeta significativamente a legislatura, necessitando de uma cooperação maior entre as deputadas para conseguir êxito em suas propostas, em uma correlação entre temáticas propostas nas instituições e a questão de gênero. No Brasil tal processo é importante pois dentro da bancada feminina é supra partidária, e até mesmo com entendimentos que entram em conflitos sobre a agenda de gênero e direitos humanos (TAVEIRA MANO, 2015). De acordo com Taylor-Robinson e Heath (2003) as mulheres dentro de legislaturas tendem a produzir mais nas temáticas ligadas a direito das mulheres, como por exemplo o tema de cuidado. Thomas (1991) corrobora ao afirmar que as deputadas possuem prioridades políticas diferentes, e para além disso, elas se comportam de forma diferenciada em questões das votações.

Essa predisposição a temas específicos é entendida como uma divisão sexual do trabalho dentro do cenário político institucional, ou seja, a predisposição não é entendida como essencialização, mas como uma questão de frequência das produções legislativas que pode ser explicada de diversas formas; desde a questão de prioridades, ou até mesmo pode ser explicada como temas mais propícios a avanços na legislatura. Portanto, a divisão sexual do trabalho explica tanto os números de mulheres presentes nos cenários políticos institucionalizados, como a sua produção. Biroli (2018) chama atenção para o fato de as mulheres se encontram majoritariamente em trabalhos não remunerados e no ambiente doméstico, relacionados ao que denomina de cuidado. Ainda de acordo com a autora, a divisão se estabelece como uma estrutura que hierarquiza o gênero e que tem efeitos diretos na participação política, pois "quanto mais a divisão sexual do trabalho doméstico incide como problema e obstáculo na vida das pessoas, mais distantes estão elas do sistema político." (BIROLI, 2018, p.44).

A baixa participação feminina na política institucionalizada, Sacchet (2012), indica que a exclusão de determinados grupos do processo político institucionalizado levanta indagações sobre o entendimento de justiça, igualdade e de representação democrática. Segundo a autora, há "[...] uma relação estreita entre democracia e inclusão política; que afirmam que a justiça implica o reconhecimento das diferenças através da participação ativa de membros desses grupos em processos político-decisórios" (SACCHET, 2012, p.399). Ainda, reitera que o governo democrático é entendido como "uma questão de grau de envolvimento e de participação na vida política da nação" (SACCHET, 2012, p.400). Assim, o processo político precisa ser pensado pelo viés de gênero, não de maneira exclusiva, mas de forma atenciosa, buscando o declínio significativo das desigualdades na questão da representação política formal.

No mesmo sentido, Rezende (2017) chama atenção para a participação das mulheres em espaços de poder, e para sua presença na política institucional. A autora afirma que as mulheres necessitam mais que figurar como números significativos nas eleições, mas também precisam, de fato, influenciar a deliberação "com o objetivo de disseminar uma perspectiva de gênero nas políticas públicas resultantes do processo legislativo" (REZENDE, 2017, p. 1200). Rezende (2017) reitera que há um outro fator expressivo para se pensar as mulheres nas legislações: a divisão sexual do trabalho refletida na produção das parlamentares. Desse modo, "é preciso considerar que gênero é um princípio de organização do trabalho parlamentar" (REZENDE, 2017, p.1200).

Essas questões são fundamentalmente importantes para compreendermos o papel dos parlamentares em relação à decisão de aderir a temáticas delicadas. Se analisarmos por essa vertente, ou seja, que a defesa de bandeiras específicas importa, esta seria uma alternativa importante e uma estratégia racional para os parlamentares que perseguem uma agenda em torno dos direitos humanos, independentemente de sua posição mais favorável ou contrária, liberal ou conservadora.

Tendo em vista estes aspectos teóricos no caso brasileiro, questionamos de que forma as deputadas se posicionam e atuam na Câmara dos Deputados no primeiro ano do Governo Bolsonaro, buscando também identificar a diferença no posicionamento entre partidos e suas ideologias. A presente pesquisa buscou compreender como esse processo de guerra cultural e o

tema de gênero se entrelaçam no cenário político institucional brasileiro, a partir de eleição de Bolsonaro, considerado um marco da ascensão conservadora.

Deste modo, definimos uma fração do conflito: a atuação das deputadas federais na Câmara dos Deputados em 2019, no primeiro ano do governo Bolsonaro, buscando identificar diferenciações e similaridades dos grupos partidários em disputa. A análise do comportamento parlamentar das Deputadas é um elemento chave para saber se tais temas se institucionalizam, e como eles são usados na retórica partidária, caso seja observado sua institucionalização. Para a descrição do cenário da representação feminina em meio a "Guerra cultural", buscamos compreender a sua emergência parlamentar, articulando suas motivações e comportamento estratégico, cruzando os dados agregados a uma análise do ambiente político.

3. Metodologia

Para a busca do entendimento da produção das parlamentares mulheres selecionamos alguns dados tidos como fundamentais, o principal deles o banco de dados secundários adquiridos na Câmara dos Deputados. Esta pesquisa se baseia em uma análise temática dos projetos colocados em pauta no ano de 2019. De modo que a metodologia empregada é uma análise quantitativa.

A análise temática tem como ponto de partida a anexação temática indexada pela própria Câmara dos Deputados aos projetos de lei. E em segundo momento será analisado se essas propostas possuem relação com a temática de gênero, e se sim, será analisado a luz a partir da classificação de Franco (2011), com categorias especificadas no Quadro 1.

Quadro 1. Classificação das temáticas de gênero

Tipo de Projeto	Explicação
Violência de gênero	As proposições legislativas que versam sobre os diversos tipos de violência que as mulheres sofrem, sendo elas desde violência doméstica até feminicídio. Um exemplo seria o aumento na pena por crimes praticados contra as mulheres
Maternidade	Proposições legislativas que garantem direitos para as gestantes e mães. Exemplos seriam aumento de licença maternidade

Participação política das mulheres	Proposições que versam sobre o maior acesso das mulheres nos espaços políticos. Um exemplo seria o aumento de cadeiras para as mulheres no legislativo por meio de cotas.
Acesso ao mercado de trabalho	Proposições legislativas que tratam sobre a mulher no mercado de trabalho. Um exemplo é o aumento de vaga para as mulheres em empresas
Reconhecimento	As proposições que garantem às mulheres direitos ainda não reconhecidos. O exemplo seria acesso gratuito para todas as mulheres ao exame de prevenção do câncer de mamas.

Fonte: FRANCO, 2021.

Para além disso também será feito um breve mapeamento das deputadas de mandatos, partidos e cargos políticos, como a questão da liderança e envolvimento com relatorias e comissões. O Relatório de atividades da Comissão do Direitos da Mulher do ano de 2019 também foi usado como dado para análise, principalmente a questão dos Projetos de Leis apreciados, aqui inseridos aqueles projetos de lei também produzidos em outros anos, mas apreciados em 2019, e também foi analisado a partir do relatório de atividades.

Já a análise ideológica-partidária se organiza a partir do agrupamento apresentado no Quadro 2, e se justifica a partir da distinção da esquerda e direita de uma interação relacional como aponta Singer (2021). Este agrupamento partidário é realizado a partir de dois artigos distintos buscando a caracterização total dos partidos incluindo na análise.

Quadro 2. Grupos partidários

Direita	Avante, DEM, Novo, PL, PODE, PP, PSD, PSL, PTB, Republicanos e Solidariedade
Esquerda	PROS, PV, PSB, PC do B, PDT, PT, PSOL e Cidadania
Centro	MDB, Rede e PSDB

Fonte: CODATO, BOLOGNESI E MATOS, 2015; MIGUEL, KRAUSE e MACHADO, 2017.

4. A ação das mulheres no primeiro ano da 56ª legislatura

É significativa a compreensão de que a bancada feminina não é um grupo coeso, isto é, não há um compartilhamento ideológico, na verdade a bancada é formada por 22 partidos, se mostrando extremamente plural e estando presente diversos grupos ideológicos. É importante também citarmos o que chamamos de renovação na bancada feminina, ou seja, das 80 deputadas, 47 estão em seu primeiro mandato, mostrando uma vinculação significativa com a reivindicação popular. É importante observar que as deputadas com mais mandatos são dos partidos de esquerda e de centro, tornando notório que o processo de renovação se deu pelo viés da direita.

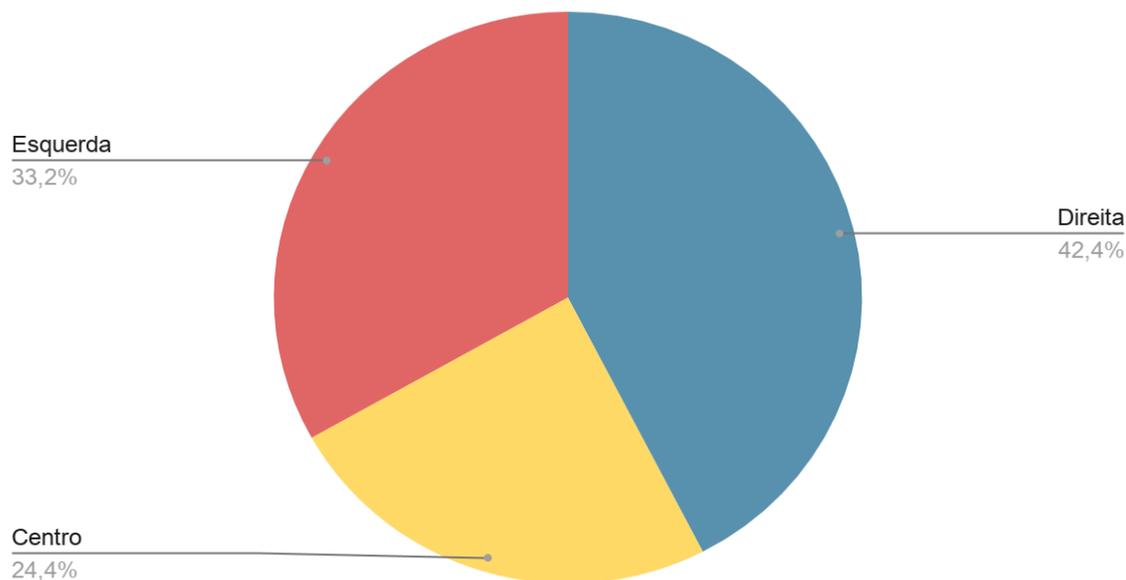
Os dados coletados foram: o número de deputadas, 77 eleitas e 3 suplentes, somando um total de 80 mulheres no primeiro ano da 56ª legislatura; os seus partidos e seus mandatos, destacando 47 deputadas que estavam em seu primeiro mandato. Assim como as propostas legislativas, dando ênfase aos projetos de leis e seus temas, e os cargos das deputadas em mesas, comissões e em liderança.

Além disso, são 36 deputadas em Comissões Permanentes, Comissões Mistas, CPIs, incluindo a Secretária da Mulher e Bancada Feminina. Sendo 29 dessas em algum cargo de destaque: 8 Presidentes, 6 Coordenadoras; 1 Relatora em 3 Comissões. São 5 deputadas responsáveis por seis lideranças: Joice Hasselmann Líder do PSL e Governo no Congresso Nacional, Joenia Wapichana da REDE, Jandira Feghali do PCdoB e Líder Minoria na Câmara, Perpétua Almeida também líder do PCdoB, Leadre, líder do PV e Sâmia Bomfim, Líder PSOL.

Os dados revelam a enorme fragmentação partidária atual no Congresso Nacional. Encontramos representantes em 23 partidos distintos. Também reproduz a diminuição do Centro e a concentração nos polos. Levando em conta a conceituação de Codato (et al, 2015) e Miguel (et al, 2017), partidos de direita possuem 36 cadeiras correspondem a 46,75% das deputadas, já os de esquerda, com 27 cadeiras, representa 35%, enquanto os partidos de centro representam respectivamente 14 cadeiras (18%). Em questão de produção por grupo partidário (FIGURA 1), podemos ver que os grupos com mais deputadas são os que mais produzem: esquerda com 27 deputadas e uma produção de 33,16% (258 projetos), e a direita com 36 deputadas e uma produção de 42,42% (330 projetos); já o centro figura com 24,42% (190 projetos) em relação a 14 deputadas.

Figura 1. Gráfico da produção de projetos de lei por grupos partidários

Produção de Projetos (2019) de Lei por Grupos Partidários



Fonte: Autoria própria. Dados da Câmara dos Deputados.

De acordo com os dados produzidos pela pesquisa, fica claro que há um enfrentamento em temas chaves como 'Direitos Humanos', o tema é o com mais projetos (155, totalizando 20% das produções) e confirmando a disputa ideológica. Os outros dois temas com mais produção da bancada feminina foram o tema de 'Administração Pública' (76 projetos e 9.82%) e 'Direito Penal' e 'Processual Penal' (65 projetos e 8,4% do total de 778 projetos).

Quadro 3. Temas mais produzidos pela bancada feminina por grupo partidário em 2019

Temas	Esquerda	Centro	Direita	Total
Administração Pública	25	16	32	73
Defesa e Segurança	13	9	22	44
Direito Penal e Processual Penal	14	15	30	59

Direitos Humanos e Minorias	57	36	60	153
Educação	16	4	18	38
Saúde	5	14	20	39
Trabalho e Emprego	19	1	14	34

Fonte: Autoria própria. Dados da Câmara dos Deputados (2019)

Um dado que chama atenção é a produção das deputadas do grupo partidário denominado como Esquerda sobre finanças públicas e orçamento, com 17 Projetos de Lei em um total de 30 projetos sobre o tema. Embora seja uma apresentação tímida, com apenas 9,71%, chama atenção por ser um tema tido de escopo masculino entre um dos mais produzidos pela bancada feminina de Esquerda.

Já o tema de trabalho e emprego (34) possui sua importância compartilhada entre o grupo de Direita (14) e o grupo de Esquerda (19), enquanto o Centro tem uma produção significativa de temas como comunicações (14) e direito e defesa do consumidor (20).

Analisando a ligação do Projeto de Lei com os direitos das mulheres delimitadas por Franco (2011). Já em Projetos de Lei diretamente ligados às mulheres (QUADRO 4), o assunto mais abordado foi a violência – com 58 projetos, seguido pela temática da saúde, contando com 14 produções. Cuidado e trabalho figuram na terceira e quartas posições, com 13 e 12 projetos, enquanto participação política totaliza 11 projetos, e reconhecimento apenas 10.

Quadro 4. Projetos de Lei Classificados Pela Temática de Gênero

Temas	Esquerda	Centro	Direita	Total
Violência	20	19	19	58
Cuidado	6	0	7	13
Participação Política	4	1	6	11

Trabalho	6	1	5	12
Reconhecimento	6	2	2	10
Saúde	3	4	7	14

Fonte: elaboração própria (2022) a partir de dados da Câmara dos Deputados (2022).

Em termos de produção de Projetos de Lei, a Direita apresentou 330 projetos. Os temas mais abordados foram: Administração Pública (32, 9,70%), Direito Penal e Processual Penal (30, 9,09%), e Direitos Humanos e Minorias (60, 18,18%). Em relação aos Projetos de Leis que focam nas mulheres, a temática mais abordada foi o tema da violência: 19 dos 46 projetos, seguido de saúde e cuidado, com 7 projetos. Os partidos PTB (1 deputada), Avante (1) e Solidariedade (2) não produziram Projetos de Leis voltados para mulheres, enquanto o PODE (1 deputada) produziu 17 projetos.

Ao passo que o Centro apresentou 244 projetos, e os temas mais relevantes foram novamente Administração Pública (16, 6,56%) e Direitos Humanos e Minorias (36, 14,75%). Desses 244 projetos, 11,07% (27) foram voltados para mulheres, e 8 em particular falaram sobre violência. Os tópicos de saúde, reconhecimento, participação política e trabalho também tiveram projetos propostos por esse grupo partidário. Ainda no que se refere ao Centro, apenas o partido Rede, que conta com apenas uma deputada, não produziu temas voltados para as mulheres.

Os Partidos de Esquerda produziram 258 propostas, Direitos Humanos e Minorias com 57 projetos (22,09%), Administração Pública (25, 9,69%), e Trabalho e Emprego (19, 7,36%). Em relação aos projetos relacionados a mulheres (45), a violência novamente foi o tema mais abordado (20, 44,44%), com os temas de cuidado, trabalho e reconhecimento ocupando o segundo lugar, cada um com seis projetos.

Seguindo a lógica apontada pela produção acadêmica, o assunto mais abordado pelas deputadas foi Direitos Humanos e Minorias, uma esfera entendida como feminina na Divisão Sexual do Trabalho. É importante salientar que esse padrão se mantém para além das divisões partidárias, uma vez que dentro dos três grupos ideológicos o tópico sempre foi o mais abordado, mostrando que há uma disputa significativa sobre o tema na bancada feminina.

A produção sobre defesa e segurança, em particular, chama a atenção. Como já exposto no presente texto, esse assunto não faz parte dos temas que as legisladoras mais produzem, porém, se configura na lista dos mais abordados devido a problemática da violência de gênero - que se caracteriza enquanto uma das pautas compreendidas como de mais importância para as mulheres. No Brasil, especificamente, a produção é completamente plausível, pois o país tem números alarmantes de violência contra a mulher, cerca de 145 mil casos por ano (CUBAS et al., 2019), então a necessidade de legislação e políticas públicas que tentem mitigar tal violência aparece como prioridade, sendo cerca de 49,15% dos projetos apresentados no ano de 2019. Essa

lógica também é vinculada a produção de direito penal e processual penal (59 propostas); que tem como principal norteador a penalização e medidas de segurança mais severas em relação à violência de gênero.

Alguns temas entendidos como de domínio masculino (TAYLOR-ROBINSON et al, 2010), apresentam uma baixa produção pela bancada feminina, são eles: agricultura, pecuária, pesca e extrativismo (18); indústria, comércio e serviço (8); meio ambiente e desenvolvimento sustentável (8); transporte e mobilidade (25); relações internacionais e comércio exterior (1); trabalho e emprego (34); e finanças públicas e orçamento (30).

Em relação à Comissão de Defesa de Direitos da Mulher de 2019, na questão de audiência pública, o tema de violência com 6 audiências foi o mais significativo, seguido pelo tema de saúde com três audiências, seguidos dos temas de Reconhecimento, Trabalho e Participação Política, cada um com duas audiências. O tema também se destaca na questão de Seminários, com três de oito seminários, seguidos do tema de cuidado (2), saúde (2) e reconhecimento (1). Enquanto em relação com palestras o tema de educação com cinco - sendo três sobre ciências, e participação política com duas.

No tocante aos projetos apreciados no ano de 2019, a violência novamente aparece como tema mais tocado com 13 projetos, seguidos do tema de Saúde e Reconhecimento, e a sua grande maioria tiveram parecer para aprovação. Apenas 3 de 41 projetos tiveram parecer para rejeição, dentre eles o Projeto de Lei N° 450/2019 que versa sobre estupro coletivo, o Projeto de Lei N° 967/2015 que instituiu a proibição de uso de modelos em propagandas de lingerie e afins, e o Projeto de N° 1.320/2019 que institui um Cadastro de Agressores de Mulheres.

Quadro 5. Projetos de Lei classificados pela temática de gênero apreciados no ano de 2019 pela comissão de defesa de direitos da mulher

Temas	Total
Violência	13
Cuidado	3
Participação Política	0
Trabalho	5
Reconhecimento	6
Saúde	11

Fonte: elaboração própria (2022) a partir de dados da Câmara dos Deputados (2019).

5. Considerações finais

Apesar do crescimento significativo do número absoluto de mulheres, a bancada feminina ainda é um grupo minoritário dentro da Câmara. Vale destacar que na 55ª legislatura foram eleitas 51 mulheres, enquanto na 56ª foram eleitas 77, um crescimento de cerca de 50%. Entretanto, esse número não atinge nem 15% do total de deputados, impossibilitando com que as possibilidades de atuação e cooperação entre o grupo seja delimitado a temas restritos devido à sua composição suprapartidária.

Deste modo, entender como as mulheres atuam dentro da Câmara de Deputados se mostra importante em dois aspectos distintos: refletir sobre a questão da democracia representativa e como grupos minoritários atuam para o avanço de sua proposta dentro da institucionalidade. Mesmo tendo um fator em comum, o gênero, a Bancada Feminina é heterogênea em termos partidários, como apontado no presente trabalho, são 23 partidos em sua composição. Ou seja, dentro da bancada feminina há um dissenso claro de posições em temas chaves, e muitas vezes entendido como temas sensíveis.

Em termos de renovação, por exemplo, a Bancada Feminina se mostra como uma parcela deste processo, da Câmara dos Deputados. Para a 56ª legislatura foram eleitos 243 deputados para o primeiro mandato, mostrando uma renovação de 47,3%, que desses 243, 47 eram mulheres eleitas, 19% da renovação da Câmara se deu na Bancada Feminina. Esse dado se torna relevante, pois a renovação política foi uma das narrativas presentes na corrida eleitoral de 2018, e se mostra na Bancada Feminina, majoritariamente nas candidatas de direita.

Já em relação a produção temática da Bancada Feminina, o tema de violência se mostra como pauta principal, tanto nos projetos de lei produzidos como apreciados, ainda aparecendo com bastante frequências em eventos da Câmara. A violência é um tema que se torna saliente para as mulheres independente de seu viés partidário, conectando e articulando as deputadas. Assim como a temática de saúde e cuidado, porém com uma grande diferença em termos de projetos pautados, já que a violência aparece com 58 e os temas de saúde e cuidado aparecem respectivamente com 14 e 13 projetos.

Por mais que a produção de temas específicos como Direitos Humanos e Minorias sejam disputados pelos vieses partidários, ou seja, tendo produção significativa na Direita (60) Centro (36) e Esquerda (57), seria necessária uma análise dos conteúdos presentes nos Projetos, para de fato entender se há uma batalha de sentidos que caracterize uma Guerra Cultural.

Na análise do trabalho da Comissão de Defesa aos Direitos das Mulheres, principalmente no tocante aos projetos apreciados não vemos uma divergência significativa entre eles, o que indica que os projetos apresentados nestas temáticas possuem características similares, demonstrando então que há um consenso entre os projetos que caminharam dentro da Câmara. Ou seja, dentro da Comissão não houve uma disputa significativa entre temas sensíveis, ou de cunho moral.

Podemos assim entender que dentro da bancada feminina, mesmo com a sua heterogeneidade, não há disputas considerável de temas ou significados. Entretanto, a ausência da Guerra Cultural pode ser entendida por duas explicações, a primeira se dar pela própria estruturação da bancada feminina, devido ao seu tamanho há uma necessidade clara de articulação para avanços de projetos, ou seja, as deputadas escolhem não tocar em temas sensíveis sabendo que há uma grande possibilidade de perda política dentro e fora da bancada. Pela falta de poder dentro da Câmara dos Deputados, há poucos pontos de articulações para promover projetos mais audaciosos. Assim, a maior contribuição da análise destes dados é a indicação que há diferenças entre o que pede a disputa eleitoral e o posicionamento público e a atuação institucional propriamente, o que aponta que a guerra cultural articulada no país é mais usada como uma capitação de votos ligados a moral, mas que nas instituições, as forças disputam espaço o que atenua tais visões tão divergentes presentes na sociedade.

Referências

ARNOLD, R. Douglas. **Congress, the press, and political accountability**. Princeton University Press, 2013.

BEZERRA, Gabriella. **Bolsa Família na boca parlamentar em tempos de crise**: Uma análise dos pronunciamentos na Câmara dos Deputados (2015-2017). In: Filho, I; Abreu, D; Lima, V.. (Org.). O Bolsa Família e a Educação: Pesquisas no âmbito da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social. 4ed.Campinas: Pontes Editores, v. 4, p. 103-130, 2019.

BEZERRA, Gabriella MAXIMIANO; Lucas E. A Cruzada dos Direitos Humanos: uma análise da disputa legislativa no Brasil (2003 - 2014). **Anais da FoMerco**, XVI Congresso Internacional do FoMerco, Fórum Universitário Mercosul, Salvador, 2017.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOND, Jon; FLEISHER, Richard (Ed.). **Polarized Politics**: Congress and the President in the Partisan Era. CQ Press College, 2000.

BOURDOUKAN, Alda **Trajetórias de Carreira e Arenas Políticas**. In: V Encontro da ABCP, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2006. Disponível em <http://starline.dnsalias.org:8080/abcp/cadastro/atividade/arquivos/21_7_2006_18_3_58.pdf>. Acesso em 17 de novembro de 2009.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BURITY, Joanildo.; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Os votos de Deus**: evangélicos, política e eleições no Brasil. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2005.

- CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- CASULLO, María Esperanza. Líder, héroe y villano: los protagonistas del mito populista. **Nueva Sociedad**, Lima, v. 282, n. -, p. 57-68, jun. 2019. Disponível em: <https://www.nuso.org/media/articles/downloads/3.TC_Casullo_282.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.
- CASULLO, María Esperanza. **Cambiamos y el Sacrificio del Futuro: ¿de populistas a conservadores? ¿De populistas a conservadores?**. Disponível em: <<https://revistaanfibia.com/ensayo/Cambiamos%20y%20el%20Sacrificio%20del%20Futuro>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- CEPÊDA, Vera. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 40, 2 set. 2018. Universidade Estadual de Londrina. <<http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2018v23n2p40>>. Acesso em: 25 set 2020.
- CODATO, André; BERLATTO, Fábica; BOLOGNESI, Bruno. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. *Análise Social*, Lisboa, v. , n. 229, p. 870-897, 10. 2018.
- CUBAS, Marina; ZAREMBA, Júlia; AMÂNCIO, Thiago. Brasil registra 1 caso de agressão a mulher a cada 4 minutos, mostra levantamento. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 9 setembro 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/brasil-registra-1-caso-de-agressao-a-mulher-a-cada-4-minutos-mostra-levantamento.shtml>>. Acesso em: 02 abr. 2021
- DOS SANTOS DUARTE, Tatiane. A participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro: ação política e (in) vocação religiosa. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, v. 14, n. 17, p. 53-76, 2012.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- FINCHELSTEIN, Federico. **From facism to populism in history**. Oakland: University Of California Press, 2017.
- FRANCO, Geissa. O comportamento legislativo das deputadas federais brasileiras: uma análise das parlamentares que conseguem aprovar o maior número de proposições legislativas na câmara federal. *In: I Congresso De Ciência Política Do Nordeste*, 1., 2021, Campina Grande. **Democracia, Instituições Políticas e Políticas Públicas; Estudos do I Congresso de Ciência Política do Nordeste**. Iguatu: Quipá Editora, p. 345-359, 2021.
- FREITAS, Andréa. **O presidencialismo da coalizão**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.
- FREITAS, Emanuel. "Digas 'não' e salvar-te-emos pela coalizão": pressão, patrulhamento e desagendamento nas relações entre a bancada evangélica e Dilma Rousseff. **Anais dos Simpósios da ABHR**, v. 13, 2012.

GILMOUR, John. **Strategic disagreement: Stalemate in American politics**. University of Pittsburgh Press, 1995.

GOMES, Fábio. Cooperação, liderança e impasse entre o Legislativo e o Executivo na produção legislativa do Congresso Nacional do Brasil. **Dados**, v. 55, n. 4, p. 911-950, 2012.

GUARNIERI, Fernando; RICCI, Paolo. Eleições 2010: A aparente fraqueza dos partidos políticos brasileiros. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.2, n.10, p. 7-12, out. 2010.

KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Coligações e disputas eleitorais na Nova República**: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso. São Paulo: Unesp, 2017.

KRITSCH, Raquel. O gênero do público. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. (org.). **Teoria política e feminismo**. Abordagens brasileiras. Editora Horizonte, p. 17-45, 2012.

LEMONS, Leany; RICCI, Paolo. Individualismo e Partidarismo na lógica parlamentar. In: POWER, T.; ZUCCO, C.. **O Congresso por ele mesmo**. Autopercepções da classe política brasileira. Editora UFMG, 2011.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, v.9, n.1, Campinas: 2003.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos Estudos – CEBRAP**. São Paulo, n. 76, p. 117-41, 2006.

MACHADO, Maria das Dores. C.. Religion, culture and politics. **Religião & Sociedade**, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012.

MANO, Maria Kubik. **LEGISLAR SOBRE "MULHERES": RELAÇÕES DE PODER NA CÂMARA FEDERAL**. 2015. 341 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

MARIANO, Ricardo. A reação dos evangélicos ao novo Código Civil. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 2, p. 77-99, 2007.

_____. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Revista Civitas**, v.11 n.2, Porto Alegre, maio-ago. 2011, p. 238-258.

MIGUEL, Luis Felipe. Desvelo e interesse na teoria feminista. IN: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Teoria política e feminismo**. Abordagens brasileiras. Editora Horizonte, 2012.

MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. Londres: Verso, 2000.

MOUNK, Yascha. **O Povo Contra a Democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2019.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. **O que é que o reeleito tem? O retorno**: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Rev. Econ. Polit.*, v.27, n.4, p. 664-683. ISSN 0101-3157, 2007

_____]; RENNÓ, Lúcio. **O que É que o Reeleito Tem?** Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 44, n. 2, Rio de Janeiro: 2001.

PERISSINOTTO, Renato; MIRIADE, Angel. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados* [online]. 2009, vol.52, n.2, pp. 301-333. ISSN 0011-5258.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. Editora 34, 1999.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. From hope to hate. *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 21-31, mar. 2020. University of Chicago Press. <http://dx.doi.org/10.1086/708627>.

REZENDE, Daniela. Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(3): 530, setembro/dezembro, 2017.

RIBEIRAL, Tatiana Braz. Comissão de Constituição e Justiça: uma ilha de institucionalização no Congresso Nacional. *Revista do Legislativo*, Belo Horizonte, n. 24, p. 66-82, out./dez. 1998.

ROTH, Julia. **¿Puede el feminismo? Puede el feminismo vencer al populismo? vencer al populismo?**: avances populistas de derecha y contestaciones interseccionales en las américas. Bielefeld: Kipu, 2020.

SACCHET, Teresa. **Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2012, vol.20, n.2, pp.399-431. ISSN 0104-026X.

SANTOS, André Marengo. Comparing houses of representatives: parliamentary recruitment in Argentina, Brazil, Chile and Mexico. *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 42-69, Jul 2003.

SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 705-729, dez. 2021. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912021273705>>.

TADVALD, Marcelo. A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014. *Debates do NER*, v. 1, n. 27, p. 259-288, 2015.

TAYLOR-ROBINSON, Michele; NESBIT, Bethany; ESCOBAR-LEMMON, Maria C. **Does Gender Make a Difference?** A Study of the Legislative 'Batting Averages' of Male and Female Cabinet Ministers in Latin American Countries. In: AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION 2010 ANNUAL MEETING, 1., 2010, Washington. APSA 2010 Annual Meeting Paper. Washington: American Political Science Association, 2010. p. 1-36.

THOMAS, Sue. The Impact of Women on State Legislative Policies. *The Journal Of Politics*, [S.L.], v. 53, n. 4, p. 958-976, nov. 1991. University of Chicago Press. <http://dx.doi.org/10.2307/2131862>.

TREVISAN, Janine A Frente Parlamentar Evangélica: força política no estado laico brasileiro. **Numen**, v. 16, n. 1, 2013.

TSEBELIS, George. **Jogos Ocultos**. São Paulo: Edusp, 1998.

VOGEL, Luiz Henrique. As frentes parlamentares e a cultura política em defesa dos direitos humanos. **Consultoria Legislativa**, Câmara dos Deputados, 2005.

ZUCCO JR, Cesar. **O congresso por ele mesmo**: autopercepções da classe política brasileira. Editora UFMG, 2011.